MAÍRA SILVA MARQUES DA FONSECA

**ELEMENTOS DA TEORIA CRÍTICA DO DIREITO DO TRABALHO:
REFLEXÕES SOBRE OS TEMPOS DE TRABALHO**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor Ronaldo Lima dos Santos

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2017**

MAÍRA SILVA MARQUES DA FONSECA

**ELEMENTOS DA TEORIA CRÍTICA DO DIREITO DO TRABALHO:
REFLEXÕES SOBRE OS TEMPOS DE TRABALHO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Doutor Ronaldo Lima dos Santos.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Digitalização
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

MARQUES DA FONSECA, Maíra Silva.

Elementos da teoria crítica do direito do trabalho: reflexões sobre os tempos de trabalho. / Maíra Silva Marques da Fonseca; orientador Ronaldo Lima dos Santos – São Paulo, 2017.

258f.

1. Direito do trabalho; 2. Capitalismo; 3. Marxismo; 4. Teoria crítica; 5. Tempos de trabalho.

Nome: MARQUES DA FONSECA, Maíra Silva

Título: ELEMENTOS DA TEORIA CRÍTICA DO DIREITO DO TRABALHO:
REFLEXÕES SOBRE OS TEMPOS DE TRABALHO

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Guilherme, companheiro no afeto e no combate.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento vai ao meu querido marido Guilherme, que foi quem também primeiro me amparou ao longo dos três anos do Doutorado e de quase todos os anteriores que têm composto a minha formação acadêmica. Ele me disse em cada dia o quanto me amava e acreditava na importância do que eu estava fazendo durante todo o ano em que nós moramos separados, eu em São Paulo, para o cumprimento dos créditos, e ele em Curitiba, cuidando de nossa casa e de nosso escritório de advocacia. Isso contribui de maneira decisiva para que eu seguisse firme e entusiasmada em minha empreitada “uspiana”, apesar da indescritível saudade. E nos dois anos que se seguiram, com diversas viagens e com o meu tempo dividido entre tese, advocacia e docência, esse lindo homem seguiu aplaudindo cada pequena vitória minha (inclusive praticamente cada página de avanço neste texto!) e me puxando para cima com determinação a cada tombo. Recasamos algumas vezes ao longo desse processo, pois as transformações e renascimentos foram muitos. Devo a minha “enésima” lua de mel à sua disponibilidade constante para o diálogo e ao seu amor sem fim.

Agradeço vivamente à equipe de nosso escritório de advocacia, a “Equipe MF&P”, pelos olhinhos de admiração que me imputam uma baita responsabilidade, mas alimentam em mim a gana para persistir nessa marcha de conciliação entre a formação teórica da Pós-Graduação e prática da militância advocatícia. Guilherme Paludo, meu sócio, Ana Nemer, Laura Nunes e João Pires, brilhantes jovens advogados, Rafaella Padilha e Phelippe Garcia, futuros brilhantes advogados, e Ingrid Schwartz, gestora de nossas insanas rotinas, devo muito a vocês pelo infatigável apoio. Obrigada.

Agradeço aos meus pais, Suzana e Ricardo, pela afeição incondicional e pela formação que me oportunizaram. Escutei, desde os tempos em que morávamos no BNH de Pinheiros, que jamais mediriam os investimentos em minha educação. Estudei sempre em colégios construtivistas e inclusivos. Graças a essa escolha

pedagógica que assertiva e amorosamente fizeram, jamais decorei a tabuada ou as fórmulas de física, mas sempre mantive o espírito aberto para a convivência com as dúvidas do processo de conhecimento e para o amadurecimento teórico que vem da experiência. Acho que sem isso seria mais difícil viver o materialismo histórico-dialético! Agradeço aos companheiros da minha mãe, o Milton, e do meu pai, a Ana Maria, pelos estímulos que tão ternamente me devotam.

À minha irmã Iara, agradeço pela inusitada companhia que fez mais familiar a minha jornada em São Paulo. Jamais imaginaríamos que o destino nos faria, por razões diferentes, estar juntas naquela cidade ao longo do ano de 2014, dividindo novas vivências e o pequeno apartamento de quarto e sala, com muitas pizzas paulistanas e boas risadas.

Aos meus sogros, Cristiane e Márcio, agradeço pelo enérgico incentivo e pela carinhosa compreensão quanto ao fato de os primeiros netos terem vindo em forma de páginas. Brincadeiras à parte, são duas pessoas que representam para mim um verdadeiro porto seguro de afeto e um manancial de boas energias, o que me valeu especialmente nessa fase desafiadora do Doutorado.

Se sou materialista no cérebro, no coração sou toda onírica! Isso me permite dizer que fui tocada pela magia do “Castelo das Arcadas”. É quase possível sentir na pele a vibração de comunhão e aprendizagem que está espalhada pelo pátio, nas salas de aula e até no porão. Há entre os professores da FDUSP uma pulsação que não passa em branco e que me fez sentir na pele, junto com eles e em cada aula, consternação, entusiasmo, raiva, fé, medo, esperança, e, acima de tudo, muita paixão pela reflexão jurídica.

Ao meu orientador, professor Ronaldo Lima dos Santos, a minha gratidão pela esplêndida acolhida. Fez-me parte daquele que para mim era todo um novo ambiente ao confiar-me aulas sob sua segura supervisão e entregar-me muito de seu saber em generosas conversas no Departamento de Direito do Trabalho e nos restaurantes das redondezas do Largo de São Francisco. Devo ao seu atencioso (e psicanalítico) cuidado muito de meus avanços na dura peleja pelo equilíbrio entre o

Id, o Ego e o Superego, missão quase impossível nessa fase de intensiva e desafiadora reflexão científica.

Aos professores Marcus Orione, Jorge Luiz Souto Maior e Flavio Batista, a minha gratidão pelas aulas de “Direitos Sociais e Método”, que me levaram a um novo e inédito estado de envolvimento com o estudo do direito do trabalho e com a docência. Surpreendeu-me notar a humildade de cada um diante do desafio a que se propuseram – e que nos propuseram: a leitura coletiva e crítica do Volume I d’O Capital”. Apreendi lições essenciais de Marx com todos eles e esse é o tipo de coisa que vale como tesouro. Registro agradecimento especial ao Flávio, que com sua docência destacadamente vivaz, pôde captar em minhas muito verdes colocações a essência de uma intenção de pesquisa que nem eu mesma havia ainda identificado e me apresentou a obra do Bernard Edelman, que veio a ser importante marco teórico para esta pesquisa.

Aos professores Guilherme Guimarães Feliciano e Homero Batista, agradeço não apenas pelos ensinamentos de saúde meio ambiente do trabalho, com suas teses transformadoras e arrojadas, mas pelas efetivas aulas de magistério. Ensinaram-me sobre como lecionar com uma peculiar elegância, que se faz da mistura muito exata entre firmeza, gentileza e um gosto especial pelo saber.

Embora não seja aluna desde 2010 do outro grandioso “Castelo”, o das colunas, não posso deixar de reiterar a minha gratidão à Universidade Federal do Paraná e aos professores dessa que sempre considerarei como a minha casa. Lá os eternos mestres Wilson Ramos Filho (Xixo) e Aldacy Rachid Coutinho forjaram o meu espírito juslaboralista crítico e apresentaram o universo teórico pelo qual ainda hei de transitar por múltiplos anos.

A UFPR me rendeu também um precioso grupo de amigos que até hoje me acompanha em celebrações e lamentos, teóricos ou não.

Do Mestrado, agradeço aos amigos do glorioso GADA (Grupo de Apoio aos Dissertadores Anônimos – que de “anônimos” nada têm!), Daniel, Giovanna, Juliana, Danielle, Micheli, Júlia, Felipe, Diana, Heloisa e Oriana. Eles, de maneira lúdica e leve, me ajudaram de verdade a superar aquele desafio e este, pois seguem me

inspirando com suas belíssimas trajetórias acadêmicas e preciosas interlocuções. Faço especial destaque à Juliana Pondé Fonseca, processualista civil revolucionária, que lá atrás me falou, despretensiosamente, “acho que a teoria crítica pode te interessar, hein?”, e fez desencadear em mim todo o movimento de formação da ideia desta tese – muito obrigada, minha querida amiga. Além do muito que fez, a Juliana também revisou o meu *abstract* com o seu afiado inglês de *Yale Law School* – *thanks, my dear*.

Da Graduação (para a vida), agradeço ao Daniel Hachem pelos muitos anos de cumplicidade e pelo entusiasmo com que me motiva nos estudos e na docência. Agradeço a ele também pela cuidadosa revisão do *résumé*, que fez com a *allure* do seu belo francês de *Sorbonne* – *merci, mon frère*. Agradeço à amiga amada Jali Andriet por todo o abrigo emocional que de costume me avaliza com tanto carinho. Pela inabalável amizade que colore os dias mais difíceis, agradeço à Christine, ao Eduardo e à Eloina. À Indiara Fazolo agradeço por ter garimpado bravamente em Paris importantes obras aqui referidas.

Entre os amigos de jornada acadêmica, há ainda aqueles que descobri na FDUSP e que passaram a compor um espaço pleno de gratidão em minha vida. Para a minha sorte não são poucos, mas todos estão seguramente bem representados por estes cinco: Noa Piatã (da UFPR para a USP), Olivia Pasqualetto, Janaina Vieira, Carol Kemmelmeier e Jouberto Cavalcante.

Agradeço às minhas amigas-irmãs Luísa e Nina Valentini pela companhia tão querida em São Paulo e por toda essa fraternidade que desde sempre me bendiz.

Agradeço, finalmente, à Priscila Frehse, minha analista, e à Marlise Bassfeld, minha revisora, pelo humano amparo.

Se sou materialista no cérebro e onírica no coração, na alma sou do axé e agradeço a Deus pelas bênçãos do caminho.

“Eis um problema! E cada sábio nele aplica
As suas lentes abismais.

Mas quem com isso ganha é o problema, que fica
Sempre com um x a mais...”.

- Mário Quintana

RESUMO

MARQUES DA FONSECA, Máira Silva. **Elementos da teoria crítica do direito do trabalho**: reflexões sobre os tempos de trabalho. 258p. Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP. 2017.

A presente pesquisa tem por propósito contribuir para o delineamento das bases epistemológicas da teoria crítica do direito do trabalho. Aponta-se, portanto, a imprescindibilidade do uso do método materialista histórico-dialético no empreendimento de estudos de matiz crítico, assim entendidos como aqueles que, ao inserirem o direito na totalidade social, levam em conta a interdisciplinaridade em suas análises e procuram desvendar as abstrações ocultadas na realidade social para apontar as possibilidades emancipatórias por ela viabilizadas, mas também por ela mesma obliteradas. Propõe-se, pois, que a teoria crítica do direito do trabalho procure lidar com a típica ambivalência desse ramo jurídico por via da interação dialética entre a crítica político-ideológica dirigida ao seu conteúdo normativo, assim como da crítica à própria forma jurídica. A primeira, político-ideológica, revela a natureza classista do delineamento normativo do direito, que se altera de acordo com a correlação de forças entre trabalhadores assalariados e capitalistas, assim como denuncia o papel ideológico de tais alterações, as quais se prestam a pacificar o conflito social e, assim, possibilitar a manutenção do capitalismo. A segunda, dirigida à forma jurídica, classifica o direito como uma forma social determinada pelo capitalismo, que deve ser superada ao lado da superação desse sistema produtivo. A partir disso e com fins didáticos e de demonstração, faz-se o estudo do instituto dos tempos de trabalho valendo-se da teoria crítica do direito do trabalho como escolha epistemológica.

Palavras-chave: 1. Direito do trabalho; 2. Capitalismo; 3. Marxismo; 4. Teoria crítica; 5. Tempos de trabalho.

ABSTRACT

MARQUES DA FONSECA, Maíra Silva. ***Elements of the critical theory of labor law: reflections on working times***. 258p. Doctorate. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo/SP. 2017.

This research intends to contribute to the epistemological basis of the critical theory of labor law. Therefore, it points to dialectical historical materialism as an indispensable method for critical studies, understood as those that, as they perceive the law as immersed in social totality, take interdisciplinarity into account in their analysis and seek to unveil the abstractions concealed in social reality to point out the emancipatory possibilities created and at the same time obliterated by this reality. It proposes that the critical theory of labor law should deal with the typical ambivalence of this legal branch through the dialectical interaction between political-ideological criticism directed at its normative content, as well as through the criticism of its own legal form. First, political-ideological criticism reveals the classist nature of the normative content, which changes according to the correlation of forces between wage-workers and capitalists, and also denounces the ideological role of such changes, which lend themselves to pacifying social conflict, hence enabling the maintenance of capitalism. Second, criticism of the legal form defines law as a social form determined by capitalism, which must be overcome along with the overcoming of this productive system. From this analysis, the research proceeds, for didactic and demonstrative purposes, to a study of the institute of “working times” employing the critical theory of labor law as an epistemological choice.

Keywords: 1. Labor law; 2. Capitalism; 3. Marxism; 4. Critical theory; 5. Working times.

RÉSUMÉ

MARQUES DA FONSECA, Maíra Silva. ***Elements de la théorie critique du droit du travail: réflexions sur le temps de travail.*** 258p. Doctorat. Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo/SP. 2017.

Cette recherche a pour but de contribuer à la conception des fondements épistémologiques de la théorie critique du droit du travail. Il est démontré, par conséquent, la nécessité d'utiliser la méthode du matérialisme historique et dialectique dans le développement des études de nature critiques, aussi bien compris que ceux qui réinsérant le droit sur la totalité sociale. Ces études critiques tiennent compte de l'interdisciplinarité dans leur analyse et cherchent à découvrir les abstractions cachés dans la réalité sociale à souligner les possibilités d'émancipation qu'elle oblitère. Il est donc proposé que la théorie critique du droit du travail vise à faire face à l'ambivalence typique de cette branche juridique grâce à l'interaction dialectique entre la critique politique et idéologique dirigée à son contenu normatif, ainsi que la critique de la forme juridique. La critique politique et idéologique révèle la nature de classe de la conception législative du droit, qui change en fonction de l'équilibre du pouvoir entre les employés et les capitalistes. Cette ligne de la critique dénonce, par ailleurs, le rôle idéologique de ces changements réglementaires, qui se prétent à pacifier le conflit social et faciliter ainsi le maintien du capitalisme. La critique de la forme juridique, à son tour, classe la loi comme une forme sociale déterminée par le capitalisme, qui doit être surmontée à côté du dépassement de ce système de production. Enfin, avec l'intention didactique et de démonstration, l'institut du temps de travail est étudié à partir du choix épistémologique de la théorie critique du droit du travail.

Mots-clés: 1. Droit du travail; 2. Capitalisme; 3. Marxisme; 4. Théorie critique; 5. Temps de travail.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. ESTUDO DO DIREITO A PARTIR DE SUA INSERÇÃO NA TOTALIDADE SOCIAL: perspectivas metodológicas do positivismo e do materialismo histórico-dialético	19
1.1. O POSITIVISMO JURÍDICO COMO MÉTODO E A ANÁLISE DO DIREITO DE MANEIRA APARTADA DA TOTALIDADE SOCIAL.....	21
1.2. O IDEALISMO E A DIALÉTICA	32
1.3. MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO MÉTODO	39
1.4. O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E O DIREITO.....	48
2. EXPRESSÕES DA CIÊNCIA CRÍTICA DO DIREITO DO TRABALHO	54
2.1. SUBSÍDIOS DA OBRA DE MARX PARA A CRÍTICA AO DIREITO	66
2.2. CRÍTICA POLÍTICO-IDEOLÓGICA AO CONTEÚDO NORMATIVO DO DIREITO DO TRABALHO.....	80
2.3. CRÍTICA À FORMA JURÍDICA: DETERMINAÇÃO CAPITALISTA DO DIREITO	113
3. ELEMENTOS DA TEORIA CRÍTICA DO DIREITO DO TRABALHO	142
3.1. APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA CRÍTICA E SUAS INTERSECÇÕES COM O DIREITO	145
3.2. CONTRIBUIÇÃO À ORGANIZAÇÃO DAS BASES EPISTEMOLÓGICAS DA TEORIA CRÍTICA DO DIREITO DO TRABALHO.....	171
4. REFLEXÕES SOBRE OS TEMPOS DE TRABALHO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA DO DIREITO DO TRABALHO	193
CONCLUSÕES.....	234
REFERÊNCIAS	240

INTRODUÇÃO

O empreendimento da presente pesquisa motivou-se por uma profunda preocupação sobre como se lidar academicamente de maneira crítica com o direito do trabalho. Referida inquietação se deve, precipuamente, à constatação da ambivalência desse ramo do direito, que coloca o pesquisador que transita por essa seara diante de efetivos impasses teóricos.

A dita ambivalência do direito do trabalho é expressão da concomitância do caráter tutelar e do caráter conservador do *status quo* que esse ramo jurídico ostenta. Se por um lado, ele é indispensável à proteção da classe trabalhadora, a qual, hipossuficiente e contraposta ao poder patronal, demanda um cabedal específico de direitos a lhe assegurar acesso efetivo à dignidade humana e à cidadania; ele é, por outro lado e igualmente, indispensável à manutenção do capitalismo como modelo hegemônico de produção.

Pacífica, afinal, o conflito social estrutural desse sistema ao organizar uma batelada de justificações e contrapartidas aos trabalhadores assalariados, refreando a exploração desmedida e insustentável, o que acaba por legitimar o capitalismo. Além disso, o direito do trabalho “legaliza” o único contrato que tem por pressuposto a objetiva sobreposição de uma parte a outra pela via da subordinação.

A partir daí, tem-se que estudar o direito do trabalho com a intenção de defender a eficaz realização de seus princípios, contrapondo-se às investidas neoliberais de flexibilização e precarização, é ato que serve, do mesmo modo, ao fortalecimento do próprio sistema que institui a exploração da classe trabalhadora e imputa-lhe o trabalho alienado e a expropriação. Forma-se, assim, um ciclo perverso e perturbador.

À pesquisa juslaboralista progressista de inclinação crítica parece restar duas alternativas: primeira, a de “lidar” com a ambivalência denunciando a função

ideológica do direito do trabalho, comprometida com a manutenção do capitalismo, assim como indicando que ele se enquadra, essencialmente, nos interesses das classes politicamente mais mobilizadas; ou, segunda, a de abandonar o direito do trabalho como campo teórico fértil a qualquer sorte de elaboração contrária aos abusos impostos pelo capitalismo, pois é ele mesmo capitalista.

A primeira alternativa, designada como crítica político-ideológica, concentra suas atenções no processo de delineamento do conteúdo normativo do direito do trabalho, que se constitui e se altera legitimando o capitalismo, em um movimento essencialmente político de correlação de forças entre classes sociais. Reconhece, portanto, o caráter conservador desse ramo do direito, mas apresenta argumentos que se prestam a fortalecer a luta da classe trabalhadora na conquista de espaços e proteções em seu bojo legal.

A segunda, por sua vez, dirigida à própria forma jurídica, mais do que apreender a ambivalência do direito do trabalho, considera todo o direito, tal como o concebemos hoje, uma forma social determinada pelo e para o capitalismo, sem o qual tal sistema careceria de sustentação fundamental. Aduz, portanto, que independentemente de qualquer formato do conteúdo normativo, a transformação social em retirada do capitalismo não pode prescindir da superação da própria forma jurídica.

Tratando-se de correntes progressistas, tanto a crítica político-ideológica ao conteúdo normativo do direito do trabalho quanto a crítica à forma jurídica baseiam suas reflexões em preceitos fundamentais de igualdade e liberdade – substanciais, e não meramente formais –, de modo que são contrárias, em uníssono, às investidas neoliberais. Além disso, sendo críticas, ambas expressam preocupação emancipatória e dedicam-se ao desvendamento das abstrações ocultadas no e pelo direito do trabalho, denunciando o seu caráter classista e a sua imprescindibilidade ao funcionamento do capitalismo.

A despeito de tais alinhamentos basilares, a notória tendência é no sentido da divergência entre esses dois vieses científicos críticos.

A crítica à forma jurídica entende inviável o estudo de fins emancipatórios pela via do direito do trabalho, pois quaisquer formulações normativas, ainda que mais protetivas da classe trabalhadora, estariam sempre inseridas na lógica de manutenção do capital.

De outro lado, a crítica político-ideológica ao conteúdo normativo do direito do trabalho entende que afastar o debate crítico progressista de imediato do plano das alterações normativas acabaria por relegar tal espaço aos avanços neoliberais.

Ainda que o direito do trabalho seja determinado pelo capitalismo e que os avanços galgados pela classe trabalhadora por essa via não bastem à emancipação social, não se pode deixar de fazer a pesquisa crítica juslaboralista até que ocorra a superação desse sistema. Ou seja, mesmo que a forma jurídica e o próprio direito do trabalho devam ser sobrepujados para que se realize a emancipação social e a superação do capitalismo, enquanto esse sistema seguir vigente o conteúdo normativo do direito do trabalho permanecerá carente de atenção científica crítica.

O que se nota, assim, é que a crítica político-ideológica dirigida ao conteúdo normativo do direito do trabalho e a crítica à forma jurídica tratam de diferentes dimensões do problema jurídico, mas são igualmente relevantes à reflexão acadêmica que se proponha a pensar o direito do trabalho de maneira inserida na totalidade social.

Diante disso, propõe-se a contribuir com o delineamento das vias epistemológicas para o estudo crítico do direito do trabalho no momento presente e na totalidade presente, o que se faz sugerindo-se a aplicação dos elementos essenciais da teoria crítica de viés marxiano a esse ramo jurídico.

Alude-se, assim, à ideia de uma teoria crítica do direito do trabalho que se compõe pela interação entre duas linhas de reflexões já existentes, quais sejam, a crítica político-ideológica ao conteúdo normativo do direito do trabalho e a crítica à forma jurídica, ambas comprometidas com o desvendamento das abstrações que estão nele – e são por ele – ocultadas, bem como com a busca por caminhos para a emancipação social.

Para tanto, inicia-se a pesquisa por meio de uma delimitação metodológica fundamental, que confronta o positivismo jurídico com o materialismo histórico-dialético, a fim de demonstrar que sem a adoção deste último – ou seja, sem a inserção do direito na totalidade social –, não é possível empreender o intento teórico científico crítico a que ora se propõe. O materialismo histórico-dialético, afinal, leva a pesquisa ao questionamento da aparência das abstrações socialmente produzidas, revelando a essência oculta da realidade concreta.

Em seguida, disserta-se acerca dos meandros das duas linhas críticas acima apontadas, a político-ideológica voltada ao conteúdo normativo do direito do trabalho e a que se dirige à forma jurídica como tal, destacando-se como os elementos dados pela obra de Karl Marx para a crítica ao direito nelas se manifestam.

A partir daí, apresenta-se quais são os fundamentos epistemológicos essenciais da teoria crítica em geral e da teoria crítica do direito. Com tais elementos dispostos, propõe-se que ambas as linhas de crítica ao direito do trabalho, a político-ideológica e a que se dirige à forma jurídica, são componentes complementares e igualmente relevantes da teoria crítica do direito do trabalho.

Por fim, com interesses didáticos e de demonstração, realiza-se o estudo dos tempos de trabalho a partir da eleição epistemológica da teoria crítica do direito do trabalho, com a intenção de expressar como se pode operar a pesquisa científica crítica nesse campo jurídico. A escolha dos tempos de trabalho como instituto de análise se deve à centralidade e grande relevância que o tema ocupa tanto em sociedade quanto no próprio direito do trabalho.

No que diz respeito à questão metodológica, como já se antecipou, o presente trabalho se guiará pelo materialismo histórico-dialético, o que se deve à necessidade de contextualizar na totalidade social os seus objetos de estudo e de apreendê-los por uma perspectiva interdisciplinar. Fazem-se presentes, desse modo, além das ponderações jurídicas, algumas reflexões filosóficas, sociológicas e de ciências políticas. Quanto à técnica de pesquisa, destaca-se o exame bibliográfico de fontes doutrinárias atuais e históricas.

CONCLUSÕES

O capitalismo instituiu um modelo inédito de trabalho, que transforma a força de trabalho em mercadoria e faz viável a “valorização do valor” no processo de trabalho. Referida mercadoria é vendida ao capitalista por um valor que custeia tão somente os gastos básicos do trabalhador com a manutenção de suas condições de vida. O salário, portanto, não equivale ao valor total produzido pela força de trabalho, que “se paga” ao longo de apenas uma parcela do tempo de sua expropriação. Todo o resto do tempo vendido, designado como tempo de trabalho excedente, gera o mais-valor apropriado exclusivamente pelo capitalista.

Apesar, portanto, da aparência de equivalência entre jornada de trabalho e salário, há diversos elementos ocultos na relação entre capital e trabalho que dão conta de demonstrar, sem dúvidas, que em todo trabalho assalariado desempenhado à luz do capitalismo há exploração. Tais elementos são, em linhas gerais, aqueles associados à teoria do valor e à formação do valor da força de trabalho – ou seja, o valor de uso, o valor de troca, o trabalho abstrato, os tempos de trabalho necessário e excedente, assim como o próprio mais-valor.

Trata-se, pois, de um sistema produtivo em que há uma ampla dissociação entre o que as relações sociais aparentam ser e o que de fato são. O direito em geral e o direito do trabalho exercem papel fundamental na maquiagem de tais relações, pois nelas estampam as impressões de igualdade e liberdade – desde que desempenhadas dentro dos limites de pactuação por ele impostos –, assim como organizam um complexo e amplo conjunto de justificações para as contradições sociais que não podem ser facilmente ocultadas.

Demonstrou-se ao longo da presente pesquisa, assim, que o estudo crítico do direito do trabalho é aquele que se faz de maneira comprometida com o desvendamento de tais abstrações, sem o qual em nada colaboraria com o processo dialético de transformação da realidade em direção à emancipação social.

O materialismo histórico-dialético faz-se indispensável a esse movimento teórico, pois orienta a reflexão científica acerca do direito a partir de sua inserção na totalidade social, confrontando-o com outros campos do conhecimento – como a sociologia, a filosofia e a história –, bem como colocando em cheque a neutralidade pregada pelo positivismo e buscando a essência oculta das relações sociais reais.

Além disso, levando-se em conta que a teorização crítica do direito do trabalho sustenta-se em uma comprometida reflexão epistemológica, propôs-se a sua intersecção com os postulados essenciais da teoria crítica de bases marxianas.

A teoria crítica em geral, como se expôs, ocupa-se da reflexão acerca das dinâmicas da sociedade estruturada pelo capitalismo, procurando desvendar as suas abstrações, tais quais aquelas fundadas nas ideias de liberdade, igualdade e equivalência mercantil – entre outras –, para avaliar quais são as possibilidades para a emancipação da classe trabalhadora em relação ao capitalismo. Dedica-se a analisar, ainda, quais são os obstáculos concretos para tais possibilidades e de que forma a própria realidade pode viabilizá-las. A teoria crítica faz, portanto, o diagnóstico da realidade e o prognóstico prático para o desenvolvimento dessa realidade a partir das potencialidades libertárias que estão nela mesma inscritas.

A teoria crítica aplicada ao direito traz a interdisciplinaridade para esse campo científico. Baseia-se em uma produção de conhecimento inserida na totalidade social e comprometida com o debate acerca da instrumentalidade emancipatória do direito e do papel por ele exercido na reprodução da sociedade capitalista, revelando as discrepâncias entre a aparência normativa e a essência real por ela ocultada.

A teoria crítica do direito do trabalho, portanto, é a linha epistemológica que leva à reflexão acerca de como esse ramo jurídico específico atua no processo de legitimação do modelo capitalista de produção e como se manifesta a sua determinação capitalista, que é exatamente o que propõem a corrente de crítica político-ideológica ao conteúdo normativo do direito do trabalho e a corrente de crítica à forma jurídica.

A crítica político-ideológica ao conteúdo normativo do direito do trabalho delata que ele será tanto mais protetivo da classe trabalhadora quanto maior for a sua mobilização na correlação de forças entre classes sociais. Aponta, não obstante, que esse ramo do direito institui melhorias nas condições de vida para a classe trabalhadora, mas, com isso, exerce relevante papel na legitimação do capitalismo diante das contradições estruturais que o caracterizam.

A crítica à forma jurídica, por outro lado, demonstra que o direito é fundamentalmente capitalista, já que formaliza os institutos indispensáveis às relações de troca mercantil – o sujeito de direito dotado de liberdade, igualdade e propriedade privada – e, conseqüentemente, de compra e venda da força de trabalho. Além disso, dirigida ao direito do trabalho, evidencia que a regulação jurídica dos atos insurgentes da classe trabalhadora apenas os conforma ao capitalismo, retirando-lhes a própria natureza insurrecta.

O que se propôs, diante do exposto, é que essas duas perspectivas de crítica do direito do trabalho não se excluem e operam de maneira dialética no processo de conhecimento. Ambas desvendam abstrações do capitalismo e visam demonstrar as possibilidades emancipatórias ao mesmo tempo viabilizadas e obliteradas pela realidade.

A crítica político-ideológica ao conteúdo normativo do direito do trabalho revela o seu caráter classista e, portanto, que as suas alterações compõem um movimento político. Com isso denuncia mitos tais como o da neutralidade do arcabouço normativo e o de que os direitos trabalhistas são outorgados por um Estado benevolente em um contexto de colaboração entre classes. Não deixa, ainda, de demonstrar que, apesar de serem frutos da mobilização da classe trabalhadora, os direitos por ela conquistados servem à legitimação do capitalismo, pois acabam por pacificar o conflito que lhe é estrutural.

A crítica à forma jurídica, a seu turno, revela as abstrações da igualdade, da liberdade e da propriedade privada, assim como denuncia a ausência de equivalência nas trocas entre capital e trabalho. Indica, com isso, que a emancipação social em relação ao capitalismo não pode prescindir da superação do próprio direito.

Se, por um lado, é essencial compreender a natureza capitalista do direito do trabalho para se entender que ele não é efetivamente emancipatório e não pode, sozinho, operar a superação do capitalismo; por outro lado, é igualmente relevante constatar o seu caráter ideológico e político, pois, mesmo que tocados pela ideologia jurídica capitalista, os espaços conquistados pela classe trabalhadora no campo do direito dependem de mobilização na correlação de forças entre classes sociais.

Alvitrou-se, portanto, que o estudo que se faz a partir da eleição epistemológica da teoria crítica do direito do trabalho há de levar em conta ambas as perspectivas acima indicadas e aplicar sobre o instituto em análise tanto a crítica político-ideológica ao conteúdo normativo quanto a crítica à forma jurídica. É o que se procurou demonstrar pela aplicação desse referencial ao estudo do instituto dos tempos de trabalho.

Uma análise apenas dogmática, de alinhamento positivista, foca na descrição das normas a respeito dos tempos de trabalho, indicando a regulamentação de jornadas, de intervalos, de adicionais noturno e de horas extraordinárias *etc.* Associada tal linha epistemológica à preocupação economicista, passa a tratar dos supostos custos das “imposições” legais, especialmente onerosos em momentos de crise, o que leva às proposições flexibilizadoras em matéria de duração do trabalho.

A análise dogmática-crítica, por sua vez, que se forma pela associação entre as inclinações dogmática e zetética, leva à avaliação dos impactos sociais das normas legais e negociais e de suas eventuais alterações, à critério do princípio protetivo e dos demais preceitos constitucionais aplicáveis. Diante disso, tende a tratar dos índices de empregabilidade e de distribuição de renda associados aos aumentos e reduções dos tempos de trabalho, bem como das questões de saúde e de meio ambiente do trabalho relacionadas ao tema.

Já a análise crítica de inspiração marxiana, que se faça a partir da eleição epistemológica da teoria crítica do direito do trabalho, revela, pela perspectiva político-ideológica, o caráter classista da limitação normativa dos tempos de trabalho, pois toca o antagonismo fundamental que há entre classes sociais no capitalismo e,

assim, trata-se de uma medida essencialmente política, que depende da correlação de forças entre trabalhadores assalariados e capitalistas, assim como das distintas necessidades de legitimação do capitalismo em diferentes momentos de sua história.

A perspectiva da crítica à forma jurídica, por fim, expõe as abstrações ocultadas pelo instituto dos tempos de trabalho, tais como o trabalho abstrato, o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Por essa via fica demonstrado que, ao regulamentar a jornada de trabalho, o direito do trabalho regulamenta a própria expropriação do mais-valor, de modo que enquanto houver jornada legal de trabalho no capitalismo haverá a legalização da exploração.

A comunhão dessas duas linhas críticas faz ver que a redução dos tempos de trabalho depende de mobilização da classe trabalhadora, que, consciente do papel ideológico associado a essa medida, tem por onde resistir ao arrefecimento de ânimos oriundo de cada conquista. Além disso, indica que referida redução diminui os tempos de trabalho abstrato em sociedade e aumenta, com isso, os tempos dedicados ao “reino da liberdade”, que são tempos de vida em que não há a exploração direta pelo trabalho. Denota, finalmente, que ao alterar as proporções entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, podem restar reduzidas as frações do mais-valor expropriado pelo capitalista – desde que limite-se, igualmente, a intensificação da produção.

Esta pesquisa se encerra tendo proposto que tanto a crítica político-ideológica que se dirige ao conteúdo normativo do direito do trabalho quanto a crítica à forma jurídica carregam elementos da teoria crítica marxiana e compõem, portanto, o caminho epistemológico aqui designado como teórica crítica do direito do trabalho.

Não se propôs, pois, a avaliar qual dessas duas correntes será efetivamente transformadora da realidade, mas sim a apontar que ambas tem relevância no processo de reflexão científica efetivamente crítica acerca dessa realidade, pois as duas, especialmente quando concatenadas entre si, expressam potencial revelador de diversas nuances dos problemas que são postos aos pesquisadores juslaboralistas. Apreender cientificamente os problemas da realidade é fundamental para que se devolva a essa realidade novas questões, recebendo-se dela de volta

mais novos problemas, em um movimento que ocasiona a sua dialética transformação.

Como propõe, afinal, Mario Quintana, citado em epígrafe, a reflexão teórica e científica fomenta as expressões do próprio problema sobre o qual se debruça, acrescentando-lhe novos fatores de dúvida e meditação, ou seja, inserindo-se mais alguns *x*'s nas equações que eles exprimem.

REFERÊNCIAS

AKAMINE JR., Oswaldo. Luta de classes e forma jurídica: apontamentos. In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões e Editorial Dobra, 2015.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALVES, Alaôr Caffé. Determinação social e vontade jurídica. In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões e Editorial Dobra, 2015.

_____. **Estado e ideologia: aparência e realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. 1. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. reimpr. ver. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

APARÍCIO TOVAR, Joaquín. Prólogo. In: TRILLO PÁRRAGA, Francisco José. **La construcción social y normativa del tiempo de trabajo: identidades y trayectorias laborales**. Valladolid: Lex Nova, 2010.

AZNAR, Guy. **Trabalhar menos para trabalharem todos**. Tradução de Louise Ribeiro e Xerxes d'Almeida. Brasília: Editora Página Aberta, 1995.

BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **Curso sobre la evolución del pensamiento juslaboralista**. Montevideo: FCU, 2009.

_____. *El derecho del trabajo y el capitalismo*. In: **Derecho Laboral: revista de doctrina, jurisprudência e informaciones sociales**. Montevideo, tomo LVI, n. 250, abril/jun. 2013, pp. 263-274.

BARCELLONA, Pietro; COTTURRI, Giuseppe. **El estado y los juristas**. Barcelona: Fontanella, 1976.

BATISTA, Flávio Roberto. **Crítica da tecnologia dos direitos sociais**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

_____. **O conceito de ideologia jurídica em teoria geral do direito e marxismo: uma crítica a partir da perspectiva da materialidade das ideologias**. *Revista Verinotio*, n. 19 – Dossiê Pachukanis, Belo Horizonte: UFMG, maio de 2015.

_____. Os limites do bem-estar no Brasil. In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões e Editorial Dobra, 2015.

_____. Teoria do valor trabalho e ciências sociais aplicadas: a contribuição teórica da crítica da economia política à crítica dos direitos sociais. **Anais do II Encontro Internacional Teoria do Valor Trabalho e Ciências Sociais**. Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2014, p. 353-365.

BAYLOS, Antonio. **Direito do trabalho**: um modelo para armar. Tradução de Flávio Benites e Cristina Schultz. São Paulo: LTr, 1999.

BELMONTE, Alexandre Agra. Redução da jornada de trabalho. **Revista LTr**. São Paulo, v. 68, n. 2, p. 165-172, jan. 2004.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, manual de instruções**. Ilustração de Charb. Tradução de Nair Fonseca. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fonseca, 2009.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do Trabalho.)

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CÁRCOVA, Carlos María. *Notas acerca de la teoría crítica del derecho*. In: COURTIS, Christian (Org.) **Desde otra mirada: textos de teoría crítica del derecho**. 2. ed. Buenos Aires: Eudeba – Facultad de Derecho UBA, 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHAGAS, Juary. **Sociedade de classe, direito de classe**: uma perspectiva marxista e atual. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Para uma dogmática constitucional emancipatória**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

COCCO, Giuseppe. **Mundobraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COELHO, Luiz Fernando. **Introdução à crítica do direito**. Curitiba: HDV, 1983.

_____. **Teoria crítica do direito**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

COLLIN, Francis *et al.* **Le droit capitaliste du travail**. Grenoble: PUG, 1980.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Dogmática jurídica: um olhar marxista. In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões e Editorial Dobra, 2015.

_____. Por uma metodologia dos direitos humanos: uma análise na perspectiva dos direitos sociais. In: **Revista do Departamento de direito do trabalho e da Seguridade Social**. São Paulo, v. 2, n. 4, jul./dez. 2007.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Efetividade do direito do trabalho: uma mirada no “homem sem gravidade”. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 45, n. 75, p. 93-105, jan./jun. 2007.

_____. Propostas para uma ressignificação do princípio da proteção. In: Ferrareze Filho, Paulo; Matzenbacher, Alexandre. (Org.). **Proteção do trabalhador: perspectivas pós-constitucionais**. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. **Contrato individual de trabalho**: uma visão estrutural. São Paulo: LTr, 1998.

DAL ROSSO, Sadi. **A Jornada de trabalho na sociedade**: o castigo de prometeu. São Paulo: LTr, 1996.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. Tradução de Eugênia Deheinzelin. São Paulo: Esfera, 1999.

_____. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: UNB, 1999.

_____. **O ócio criativo**. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DELGADO, Maurício Godinho. Duração do trabalho: o debate sobre a redução para 40 horas semanais. **Revista Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, v. 75, n. 2, p. 25-34, abr./jun. 2009.

DUJARDIN, Philippe *et al.* **Pour une critique du droit**. Paris, Grenoble: PUG; Maspero, 1978.

EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo e Unesp, 1997.

EDELMAN, Bernard. **La légalisation de la classe ouvrière**. Tome 1: l'entreprise. Christian Bourgois Editeur: Paris, 1978.

_____. **O direito captado pela fotografia**: elementos para uma teoria marxista do direito. Coimbra: Centelha, 1976.

_____. Prefácio. In: _____. **A legalização da classe operária**. Coord. Tradução de Marcus Orione. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Editado por Michael Schröter. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. Introdução. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França (1848 – 1850)**. São Paulo: Global, 1986.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 até 1850**. Tradução de Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Tradução de Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso crítico de direito do trabalho**: teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho**: do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTr, 2002.

FRANKLIN, Benjamin. *Advice to a Young Tradsman*. 1748. In: WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. 4. ed. São Paulo: Martins Claret, 2009.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica ontem e hoje**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco 1992.

GENRO, Tarso. **Introdução à crítica do direito do trabalho**. Porto Alegre: L&PM, 1979.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Para entender O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

_____. **O caleidoscópio do direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009. (O tempo e a norma).

HORKHEIMER, Max. **Teoria tradicional e teoria crítica**. Revista de Pesquisa Social, 1937. *Apud* BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. Tradução de José Lino Grünewald *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980.

JEAMMAUD, Antoine. *Le droit du travail dans le capitalisme, questions de fonctions et de fonctionnement*. In: JEAMMAUD, Antoine (dir.). **Le droit du travail confronte à l'économie**. Paris: Dalloz, 2005.

JEAMMAUD, Antoine; LYON-CAEN, Antoine. *Introduction*. In: JEAMMAUD, Antoine; LYON-CAEN, Antoine (Org). **Droit du travail, démocratie et crise: en Europe Occidentale et en Amerique**. Paris: Actes Sud, 1986.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. **Fundamentação metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2000.

KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica**: contribuição ao pensamento jurídico marxista. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. **Sujeito de direito e capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de idade média:** tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1980.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOUREIRO, Isabel Maria. **Rosa Luxemburgo:** vida e obra. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LÖWY, Michael. A redução da jornada de trabalho é condição do reino da liberdade. In: **A teoria da revolução no jovem Marx.** Tradução de Anderson Gonçalves. 1. ed., ampl. e atual. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **A teoria da revolução no jovem Marx.** Tradução de Anderson Gonçalves. 1. ed., ampl. e atual. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen:** marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 5 ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?.** Tradução: Lívio Xavier. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MARCELINO, Paula. As palavras e as coisas: uma nota sobre a terminológica dos estudos contemporâneos de trabalho. **Mediações**, Londrina, v. 16, n.1, p. 55-70, jan./jun., 2011.

MACHADO, Gustavo Seferian Scheffer. **A ideologia do contrato de trabalho**. São Paulo: LTr, 2016.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**: Hegel e o advento da teoria social. Tradução de Marília Barroso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARQUES DA FONSECA, Maíra Silva. **Redução da jornada de trabalho: fundamentos interdisciplinares**. São Paulo: LTr, 2012.

MARQUES DA FONSECA, Ricardo Tadeu. **O trabalho da pessoa com deficiência e a lapidação dos direitos humanos**: o direito do trabalho, uma ação afirmativa. São Paulo: LTr, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. 1. ed. rev., 3. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução de Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica do programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** Tradução e notas de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Posfácio da segunda edição. In: **O Capital:** crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Sobre a questão judaica.** Tradução de Daniel Bensaïd e Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **A crítica do Estado e do direito:** a forma política e a forma jurídica. In: NETTO, José Paulo (org.). *Curso livre Marx-Engels:* a criação destruidora. 1 ed. São Paulo, Boitempo, Carta Maior, 2015.

_____. **Crítica da legalidade e do direito brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. Direito, capitalismo e Estado: da leitura marxista do direito. In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). **Para a crítica do direito:** reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões e Editorial Dobra, 2015.

_____. **Filosofia do direito.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **Introdução ao estudo do direito.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MELO, Tarso de. Direito e lutas sociais: a crítica jurídica marxista entre ambiguidade e resistência. In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). **Para a crítica do direito:** reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões e Editorial Dobra, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito.** 3. ed. Tradução de Ana Prata. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

_____. Obstáculos epistemológicos ao estudo do direito: retorno ao movimento “Crítica do Direito” e apontamentos sobre a crítica do direito hoje. **Meritum.** Belo Horizonte. v. 9. n. 2. p. 263-278, jul./dez. 2014.

MORAES, Evaristo de. **Apontamentos de direito operário.** 4. ed. São Paulo: LTr, 1998.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho.** 32. ed. São Paulo: LTr, 2006.

NAVES, Márcio Bilharinho. **A questão do direito em Marx.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

_____. **Marxismo e direito:** um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Prefácio. In: ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Tradução de Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NOBRE Marcos (Org.). **Curso livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

PALOMEQUE LÓPEZ, Manuel-Carlos. ***Derecho del trabajo e ideología: medio siglo de formación ideológica del Derecho del Trabajo en España***. 6. ed., Madrid: Tecnos, 2002.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

PACHUKANIS, Eugeny Bronislanovich. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Centelha: Coimbra, 1977.

PÊPE, Albano Marcos Bastos; WARAT, Luís Alberto. Filosofia do direito: uma introdução crítica. In: WARAT, Luís Alberto. **Epistemologia e ensino jurídico**: o sonho acabou. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Tradução de Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. 4. ed. Tradução de Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RAMOS FILHO, Wilson. Desemprego, crise econômica e duração do trabalho no Brasil. In: **Revista trabalhista: direito e processo**, v. 8, n. 30, p. 72-84, abr./jun., 2009.

_____. Direito alternativo e cidadania operária. In: **Lições de direito alternativo I**. São Paulo: Acadêmica, 1991.

_____. **Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil**. São Paulo: LTr, 2012.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política**. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. v.1., 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Vinicius Oliveira. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARTORI, Vitor Bartoletti. O que é crítica ao direito? In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). **Para a crítica do direito:** reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões e Editorial Dobra, 2015.

SAVATER, Fernando. **A aventura do pensamento:** um passeio pela história da filosofia e pelos grandes nomes do pensamento ocidental. Tradução de Célia Regina Rodrigues de Lima. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2015.

SILVA, Josué Pereira da. **Três discursos, uma sentença:** tempo e trabalho em São Paulo – 1906/1932. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1996.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Do direito à desconexão do trabalho. **Justiça do Trabalho**. São Paulo, v. 20, n. 238, p. 7-23, out. 2003.

STUTCHKA, Piotr Ivanovich. **O problema do direito de classe e da justiça de classe**. In: _____. Direito de classe e revolução socialista. 2. ed., Instituto José Luís e Rosa Sundermann: São Paulo, 2001.

_____. **Direito e luta de classes:** teoria geral do direito. Coimbra: Centelha, 1976.

SUPIOT, Alain. **Critique du droit du travail**. 2. éd. Paris: Quadrige / PUF, 2007.

_____. **Le droit du travail**. 3. ed. mise à jour. Paris: PUF, 2008.

TENCA, Álvaro. **Senhores dos trilhos:** racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do curso de ferroviários da antiga Paulista. São Paulo: Unesp, 2006.

THÉVENIN, Nicole-Edith. **Ideologia jurídica e ideologia burguesa** (ideologia e práticas artísticas). Tradução de Márcio Bilharinho Naves. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). Presença de Althusser. Campinas: IFCH-Unicamp, 2010.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO FILHO, Manoel Carlos. **Direito do capital**. No prelo.

TRILLO PÁRRAGA, Francisco José. **La construcción social y normativa del tiempo de trabajo: identidades y trayectorias laborales**. Valladolid: Lex Nova, 2010.

TRONTI, Mario. **Operários e Capital**. Tradução de Carlos Aboim de Brito e Manuel Villaverde Cabral. São Paulo: Afrontamento, 1976

VIANNA, Segadas. Antecedentes históricos. In: SUSSEKIND, Arnaldo et. al. **Instituições do direito do trabalho**. 22. ed. atual., São Paulo: LTr, 2005.

WARAT, Luis Alberto. Saber crítico e senso comum teórico dos juristas. In: WARAT, Luís Alberto. **Epistemologia e ensino jurídico: o sonho acabou**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. 4. ed. São Paulo: Martins Claret, 2009.

WHITROW, Gerald James. **O tempo na história: concepções de tempo da pré-história aos nossos dias**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 5. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

ZIZEK, Slavoj. Introdução: um espectro da ideologia. In: _____ (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZULETA PUCEIRO, Enrique. *Critical Legal Studies y la renovación de la teoría jurídica norteamericana*. **Anuário de Filosofia Jurídica y Social**, Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 7:109-24, 1987.

Sítios Eletrônicos:

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; BATISTA, Flávio Roberto; BIONDI, PABLO. **A atualidade da “legalização da classe operária”**: a obra de Bernard Edelman como porta de entrada para a crítica marxista do direito. *Blog da Boitempo*. 23/03/2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/23/a-atualidade-da-legalizacao-da-classe-operaria/>>. Acessado em 10 de maio de 2016.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **A legalização da classe operária**, de Bernard Edelman, 22 de março de 2016. *TV Boitempo*. Disponível em <<http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Titulos/visualizar/a-legalizacao-da-classe-operaria>>. Acessado em: 20 de outubro de 2016.

Dicionário Aurélio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/teoria>>. Acessado em 30 de outubro de 2016.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap03.htm>>. Acesso em: 14 de outubro de 2016

JEAMMAUD, Antoine. **Sur Critique du Droit**. Harvard Law School, 2011. Disponível em: <https://www.univ-st-etienne.fr/_attachments/le-mouvement-critique-du-droit/sur_critique_du_droit_antoine_jeammaud_1315560605276.pdf?download=true>. Acessado em: 10 de setembro de 2016.

LYON-CAEN, Gérard. **Le droit du travail: une technique réversible**. Paris: Dalloz, 1995. Disponível em: <http://droitsocialupx.free.fr/Files/22_g_lyon_caen.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

_____. *Les fondements historiques et rationnels du Droit du Travail*, dezembro de 1950. **Revue Droit Ouvrier**, fev./2004. Disponível em: <<http://www.cnt-tas.org/wp-content/uploads/fondements-historiques-rationnels-droit-travail-g%C3%A9ard-lyon-caen.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

MARX, Karl. **A guerra civil na França, de 1871**. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/cap03.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

_____. **Capital: a critique of political economy. V. III. Edited by Friedrich Engels. USSR, Institute of Marxism-Leninism, 1959, p. 571.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-III.pdf>>. Acessado em: 15 de novembro de 2016.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política.** Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 77. Disponível em: <[https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_\(boitempo\)_completo.pdf](https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_(boitempo)_completo.pdf)>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

_____. **Teses sobre Feuerbach, de 1845.** Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Fim da onda neoliberal.** Folha de S. Paulo. São Paulo, 21 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2008/08.04.21.Fim_da_onda_neoliberal.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2015.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Fraudes nas relações de trabalho:** morfologia e transcendência. Disponível em <<http://boletimcientifico.escola.mpu.mp.br/boletins/bc-28-e-29/fraudes-nas-relacoes-de-trabalho-morfologia-e-transcendencia>>. Acesso em 10 de maio de 2015.